

METAS SÃO PRINCIPAL CAUSA DE ADOECIMENTO, MAS BANCOS NÃO TRAZEM SOLUÇÃO

Fenaban ficou de voltar ao tema e fazer proposta ao Comando Nacional dos Bancários até o final da campanha; categoria está entre as que mais adoecem no país

Metas abusivas, assédio moral, estímulo à competitividade têm afetado a saúde dos bancários, que estão entre as categorias que mais adoecem no Brasil. Mesmo assim, a Fenaban (federação dos bancos) não apresentou propostas concretas às reivindicações da categoria, durante a terceira rodada de negociação da Campanha 2018, que discutiu saúde e condições de trabalho no dia 19.

As próximas rodadas de negociação serão realizadas em **25 de julho**, sobre emprego, e **1º de agosto** (cláusulas econômicas).

RESPEITO AOS ATESTADOS MÉDICOS

Dentre as reivindicações apresentadas está o fim da revalidação dos atestados médicos apresentados pelos trabalhadores. O Comando Nacional também apresentou proposta para alterar a cláusula 29 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que estabelece critérios para a criação de juntas médicas que avaliam o trabalhador afastado. De acordo com a lei, o INSS tem atribuição pública exclusiva para avaliar a capacidade laboral do empregado. Portanto, o estabelecimento de juntas médicas caracterizariam um ato ilícito previsto no código penal como “usurpação de função pública”, explicaram os representantes dos trabalhadores. A Fenaban ficou de analisar.

ADIANTAMENTO EMERGENCIAL DO SALÁRIO

A cláusula 29 estabelece ainda a possibilidade de o banco adiantar o valor do benefício do INSS ao trabalhador afastado, sendo esse adiantamento descontado do empregado quando ele receber o benefício previdenciário. O problema está no fato de que alguns bancos têm realizado o desconto de forma integral, sem respeitar os limites legais e as garantias da intangibilidade salarial. Por isso, o Comando propôs que o desconto seja efetuado no limite de 30% do valor líquido do salário. A Fenaban informou que vai analisar e apresentará uma proposta.

RETORNO AO TRABALHO COM SAÚDE

Os representantes de bancários de todo o Brasil cobram, ainda, a participação dos sindicatos no Programa de

Retorno ao Trabalho previsto na cláusula 45 da CCT. Alguns bancos fizeram, a maioria não. Os representantes dos bancos ficaram de avaliar e apresentar uma proposta.

COMBATE AO ASSÉDIO E À COBRANÇA DE METAS ABUSIVAS

Em 2015, os bancários conquistaram cláusula na CCT que prevê adesão dos bancos ao Programa de Desenvolvimento Organizacional para a Melhoria Contínua das Relações de Trabalho, com o objetivo de estabelecer limites à cobrança de metas, assédio moral, competitividade, dentre outros problemas que adoecem os bancários. É a cláusula 57, que prevê reunião para o acompanhamento dessas iniciativas, mas isso não ocorre. O Comando cobrou a realização desses encontros e a Fenaban concordou.

O instrumento de combate ao assédio moral, uma conquista dos trabalhadores de 2010, previsto pela cláusula 58, também precisa ser aprimorado, com redução do prazo para apuração das denúncias pelos bancos para 30 dias, com apresentação de informações sobre os procedimentos de apuração adotados e sobre os critérios para conclusão.

Os representantes dos trabalhadores também solicitaram informações sobre as denúncias que chegam pelos canais internos dos bancos. A Fenaban ficou de avaliar e apresentar uma proposta.

ADIANTAMENTO EMERGENCIAL PARA OS AFASTADOS POR DOENÇA

A cláusula 65 estabelece as condições para o empregado utilizar-se do adiantamento emergencial: na ocasião de um primeiro afastamento e quando do retorno de uma licença médica (), se o trabalhador for considerado “inapto” e apresentar o Pedido de Reconsideração (PR) teria o adiantamento pago. Esse direito, no entanto, também foi alterado pela legislação do pós-golpe, que acabou com o PR. Diante disso, muito bancos suspenderam o direito ao pagamento do adiantamento emergencial.

Para a Fenaban, a cláusula não é mais aplicável e terá de ser repensado algo diante da mudança no sistema. O Comando propôs nova redação para a cláusula, excluindo o PR, para que os trabalhadores não sejam prejudicados, e incluindo o direito ao recurso. Os bancos vão analisar.

ESTABILIDADE AOS APOSENTADOS POR INVALIDEZ

A cláusula 27, que trata das estabilidades provisórias, também precisaria ser alterada. Diante da política absurda do pós-golpe, de cessação indiscriminada das aposentadorias por invalidez, quando retornam ao trabalho esses bancários estão sendo demitidos sem sequer fazer o exame de retorno.

No entendimento do movimento sindical eles estão incluídos no direito à estabilidade de 60 dias prevista aos trabalhadores afastados por seis meses ou mais, já que o fato gerador da aposentadoria é o adoecimento. Os bancos discordam, mas se comprometeram a buscar uma solução.

AVANÇOS EM SEGURANÇA BANCÁRIA

AFenaban concordou em alterar a cláusula 33 da CCT, que trata de segurança bancária. Conforme reivindicado pelo Comando, foi ampliado para bancários vítimas de extorsão mediante sequestro (e não somente sequestro consumado como é hoje) o direito a atendimento médico e psicológico, o registro de boletim de ocorrência (BO) com a inclusão na divulgação dos dados estatísticos e a avaliação de pedido de realocação também para esses casos. Os representantes dos trabalhadores cobraram ainda providências para a questão das agências que permanecem fechadas ou sem numerário após explosões em assaltos.

CAIXA NÃO ASSINA GARANTIAS CONTRA A REFORMA TRABALHISTA

Dia Nacional de Luta é fundamental para mostrar a mobilização e insatisfação dos trabalhadores com a intransigência do banco e do governo. Isso ficou claro durante a segunda reunião da mesa específica de negociação, realizada em Brasília no dia 20.

Os principais pontos da pauta foram **Nenhum direito a menos, Caixa 100% Pública** e **temas relacionados ao dia a dia dos trabalhadores**.

Os representantes dos empregados cobraram o **fim da discriminação de gênero**, através do fim da possibilidade do descomissionamento de gestantes, além da manutenção da titularidade da função pelos empregados doentes na licença médica. Os empregados reivindicam também que a Caixa garanta **ampla defesa nos processos disciplinares**, não punindo os trabalhadores antes do fim do processo. Atualmente, o trabalhador que recorrer corre o risco de ter a pena piorada.

O movimento sindical cobrou o **fortalecimento da negociação permanente** e um debate com todos os seguimentos dos empregados da carreira administrativa e profissional, durante a mesa permanente da Contraf-CUT, que representa mais de 90% dos Bancários. Ficou acordado de ser no fórum nacional. É importante lembrar que as conquistas foram conseguidas na mesa de negociação.

Sobre o **fim do descomissionamento arbitrário**, foram debatidos 12 pontos com os comissionados e os avaliadores de penhor, que foram representados na mesa por associação, e entregaram uma pauta específica, que também foi discutida.

Os empregados cobraram ainda **garantia de um delta por ano** por antiguidade dos empregados. A Caixa negou, no entanto, aceitou a manutenção do atual modelo, que

cada dois anos garante um delta de antiguidade e todo ano a discussão da sistemática por mérito.

Sobre **Nenhum Direito a Menos**, a Caixa não aceita consignar nenhuma garantia contra as novas leis trabalhistas e disse que vai seguir a regra de PLR da Fenaban. Alegou também que não tem autorização do pagamento da PLR social. A direção do banco informou ainda que o limite da soma da PLR está limitada pelo governo. A regra mencionada seria 25% do que for pago de dividendos no tesouro. Com base nos últimos anos, fica em 6,25 % do lucro líquido.

A Caixa se colocou como responsável das condições de saúde do ambiente de trabalho. O banco garantiu que os dirigentes sindicais terão livre acesso aos locais de trabalho, que não será constituída comissão de representantes de empregados não vinculadas ao sindicato e não será limitada nem cerceada a liberdade de expressão dos sindicatos e dos trabalhadores. Porém, não garantiu a abrangência que o Acordo Coletivo de Trabalho valha para todos os empregados e não assinou o pré-acordo de ultratividade. Negou ainda o fim do Caixa Minuto.

Sobre a **Caixa 100% Pública**, o banco negou contratação em todos os itens. Os empregados cobraram o não fechamento de unidades, principalmente em cidades e bairros periféricos. A Caixa disse que o processo está suspenso.

Os empregados cobraram a **redução imediata das taxas de juros e das tarifas**. A Caixa colocou que está seguindo a política e a taxa está ligada a necessidade do banco. Os empregados disseram, então, que a necessidade vai além do lucro imeditado e sim responsabilidade social com o país.

A próxima rodada de negociação será dia 26, sobre **Saúde de Caixa e Funcef**.



**CAMPANHA
NACIONAL DOS
BANCÁRIOS 2018**

RESISTIR E VENCER



**FEDERAÇÕES
E SINDICATOS**